

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	3.300.532,06	4.479.630,48	PASSIVO CIRCULANTE	11.961.775,89	10.634.609,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.125.595,21	3.536.671,86	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	7.108,55	2.400,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.124.924,80	892.946,57	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	403.901,80	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	50.012,05	50.012,05	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.545.545,87	6.773.559,41
ATIVO NÃO CIRCULANTE	45.583.231,02	42.755.573,65	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.005.219,67	3.858.650,55
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.549.417,35	837.627,68	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	25.672.339,30	17.085.742,85
IMOBILIZADO	44.033.813,67	41.917.945,97	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	22.104.244,29	13.027.596,06
			EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	3.408.232,71	3.898.284,49
			OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	159.862,30	159.862,30
			TOTAL DO PASSIVO	37.634.115,19	27.720.352,81
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			RESULTADOS ACUMULADOS	11.249.647,89	19.514.851,32
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	-8.265.203,43	4.428.065,27
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.514.851,32	15.082.454,51
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.331,54
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.249.647,89	19.514.851,32
TOTAL	48.883.763,08	47.235.204,13	TOTAL	48.883.763,08	47.235.204,13
ATIVO FINANCEIRO	2.175.607,26	3.586.683,91	PASSIVO FINANCEIRO	14.981.649,59	13.329.946,68
ATIVO PERMANENTE	46.708.155,82	43.648.520,22	PASSIVO PERMANENTE	26.076.241,10	17.085.742,85
SALDO PATRIMONIAL				7.825.872,39	16.819.514,60

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	17.700,00	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	8.637.539,04	3.876.080,77
TOTAL	17.700,00	0,00	TOTAL	8.637.539,04	3.876.080,77

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ORDINÁRIA	0,00	-11.332.945,96
ORDINÁRIA	-12.987.192,85	0,00
VINCULADA	0,00	1.589.683,19
VINCULADA	181.150,52	0,00
0005 - Recursos do FUNDEB 60% - Magistério	0,00	0,00
0005 - Recursos do FUNDEB 60% - Magistério	0,00	-22.359,10
0006 - Recursos do FUNDEB 40% - Outras Despesas	0,00	119.402,79
0006 - Recursos do FUNDEB 40% - Outras Despesas	0,00	0,00
0012 - Recursos de Contribuições para o RPPS	0,00	1.646,15
0012 - Recursos de Contribuições para o RPPS	0,00	0,00
0069 - FEM Estado	0,00	0,00



DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0069 - FEM Estado	181.150,52	0,00
TOTAL	-12.806.042,33	-9.743.262,77

Dannilo Cavalcante Vieira
Prefeito

Jociéder Araújo Mineiro
CRC PE - 027671/O-4





a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade:	Prefeitura Municipal de Bom Conselho (PMBC)
Natureza jurídica (conforme código da RFB):	124-4 - Município.
CNPJ:	11.285.954/0001-04.
Domicílio do órgão ou entidade:	Rua Vidal de Negreiros, nº43 – Bairro: Centro – Cidade: Bom Conselho – Pernambuco – CEP: 55.330-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:	A Prefeitura Municipal de Bom Conselho concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública em geral". Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 45.503 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2.0. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.684 de 23 de novembro de 2016 (LOA 2017).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:	Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 840/2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.6 RI. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31 e 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Dados do gestor (Prefeito (a) do Município):	Nome: Dannilo Cavalcante Vieira. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2017
Dados do contador (a) responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:	Nome: Jociéder Araújo Mineiro. CRC-PE nº 027671/O-4. E-mail: jocieder@cespam.com.br.
Dados do Diretor de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial no município:	Nome: Alfredo Costa Ferro. Portaria nº: 053/2017. E-mail: drogapcicero@hotmail.com.
Dados do Controlador Geral do Município:	Nome: Cecília Márcia Bezerra de Matos. Portaria nº: 004/2017. E-mail: cmm.matos@hotmail.com.
Endereço eletrônico do Portal da Transparência:	www.bomconselho.pe.gov.br/transparencia/ .

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

<p>b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, explícitos e implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu as regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como da NBC TSP 16.6. Na consolidação das demonstrações contábeis foi considerado o 5º nível do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) igual a 2 que compreendem os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados.</p>
<p>b.2. Bases de mensuração utilizadas: Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2017 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC nº 1.137/2008. Não houve mensuração de ativos e passivos com base no valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável. Quanto aos bens do imobilizado, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares, bem como não houve reavaliação de bens. Não foram registrados no exercício bens por doação.</p>
<p>b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa. No exercício de 2017 foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP os atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.</p>
<p>b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: a) Classificação de ativos: Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. b) Constituição de provisões: foram constituídas provisões matemáticas previdenciárias. c) Reconhecimento de variações patrimoniais: Houve eventos significativos de reconhecimento de variações decorrentes de provisões matemáticas previdenciárias. d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades: Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.</p>

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

<p>c.1. Referências cruzadas e notas explicativas: A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.</p> <p style="text-align: center;">Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal nº 4.320/64 em 31/12/2017 (REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)</p> <p>Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2017 foram de R\$ 3.300.532,06, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoque e variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.</p>



Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2017 somam R\$ 2.125.595,21. É composto por R\$ 0,00 relativos a valor em espécie (caixa), R\$ 2.125.595,21 relativos a recursos em conta corrente.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO: Ao final do exercício classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado de Créditos Tributários à Receber foi de R\$ 0,00, Créditos de Transferência a Receber de R\$ 1.124.924,80, Dívida Ativa Tributária de R\$ 0,00, Dívida Ativa Não Tributária de R\$ 0,00. Foram feitos registros patrimoniais da receita por competência no valor de R\$ 1.124.924,80, relativo aos créditos liberados de ICMS no valor de R\$ 137.498,62, IPI R\$ 393,08, FPM no valor de R\$ 987.033,10 e apenas compensados financeiramente no exercício de 2018 em atendimento ao estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet nos seguintes endereços eletrônicos: FPM, ICMS, IPI – www.bb.com.br.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de R\$ 50.012,05, correspondem a: Valores de salário família e maternidade a restituir.

Nota 5) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, composto do Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível totalizam R\$ 45.583.231,02.

Nota 6) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 5.710.462,49, corresponde a R\$ 4.356.775,41 de Dívida Ativa Tributária, R\$ 1.353.687,08 da Dívida Ativa Não Tributária, e de R\$ -4.161.045,14 de Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo.

Nota 7) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2016 totalizou R\$ 41.917.945,97. No exercício de 2017 o valor do imobilizado foi de 44.033.813,67.

Nota 8) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2017 foram de R\$ 11.961.775,89.

Nota 9) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: Ficou em restos a pagar o montante de R\$ 7.108,55.

Nota 10) EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO: Ficou em restos a pagar o montante de R\$ 403.901,80.

Nota 11) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (CURTO PRAZO): Ao final do exercício de 2017 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 7.545.545,87 relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 12) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2017 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 4.005.219,67 relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 13) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2017 somam R\$ 25.672.339,30, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações fiscais, provisões e demais obrigações.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: Ficou em restos a pagar o montante de R\$ 22.104.244,29.

Nota 15) EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO: Ficou em restos a pagar o montante de R\$ 3.408.232,71.

Nota 16) OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO: O valor evidenciado relativo as obrigações fiscais de longo prazo foram de R\$ 159.862,30, decorrentes de tributos renegociados.

Nota 17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez em 2017 o valor de R\$ 11.249.647,89, composto do resultado do exercício no valor de R\$ -8.265.203,43.

Nota 18) ATOS POTENCIAIS/OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS: Quanto aos atos potenciais nas classes 7 e 8 do plano de contas foram evidenciados os registros dos contratos no valor de R\$ 8.637.539,04 baseado nos dados do LICON do TCE-PE.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
d.2. Divulgações não financeiras: Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.
d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

e) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

f.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários				
Ação	Subação	Produto	Responsável	Situação Atual
	1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.				
Ação	Subação	Produto	Responsável	Situação Atual
		Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Em andamento



Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	31/12/2017	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Em andamento
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Patrimônio	30/06/2018	Em fase final de elaboração
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Patrimônio	30/06/2018	Em fase final de elaboração
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Patrimônio	30/06/2018	Em fase final de elaboração
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2019	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Patrimônio	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	31/12/2018	Em elaboração
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluída

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Prefeito

JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO
Contador
CRC-PE Nº 027671/O-4